



Situação do Benefício Indeferido

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO

Número do Benefício: 1761534650

Espécie: 41

Ao(a) Sr(a): LUIZ ALBERTO KLEIN OZORIO

ASSUNTO: Requerimento de Aposentadoria por Idade - Filiação de Trabalhador Rural
DECISÃO: INDEFERIDO.
MOTIVO: Não comprovou filiação de trabalhador rural na data do requerimento ou a implementação de direito adquirido durante o prazo de manutenção da qualidade dessa filiação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 39, inc. I e II e arts. 142 e 143 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991.

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao requerimento de Aposentadoria por Idade, efetuado em 08/08/2016, a Previdência Social comunica que, após a análise dos documentos, não foi reconhecido o direito ao benefício em razão de não ter sido comprovado o efetivo exercício de atividade rural na data da entrada do requerimento ou a implementação de direito adquirido durante o prazo de manutenção da qualidade de segurado nessa condição de trabalhador rural.

O exercício de atividade rural deve ser comprovado, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou na data da implementação de todas as condições necessárias para o reconhecimento do direito.

Caso discorde dessa decisão, o(a) Senhor(a) poderá apresentar recurso à Junta de Recursos da Previdência Social, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento desta comunicação, observado o disposto no art. 305, § 1º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

A apresentação do Recurso poderá ser agendada por meio do portal da Previdência Social na internet (www.previdencia.gov.br), da Central 135 ou em uma Agência da Previdência Social.

O prazo para a revisão do benefício é de 10 (dez) anos contados da data da concessão ou do indeferimento, de acordo com o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91 e art. 347 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

Atenciosamente,
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

AG DA PREVIDENCIA SOCIAL DOURADOS

Condições para o reconhecimento do direito ao benefício Aposentadoria por Idade:

1. Idade mínima de 60 (sessenta) anos (homem) e 55 (cinquenta e cinco) anos (mulher), de acordo com o art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.213/91 e art. 51, §1º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99;
 2. Para os(as) segurados(as) filiados(as) ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS até 24/07/1991, exige-se carência de acordo com a tabela progressiva prevista no art. 142, combinado com o art. 143 da Lei nº 8.213/91 e art. 182 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99;
 3. Para os(as) segurados(as) filiados(as) ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS a partir de 25/07/1991, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício. Carência de 180 (cento e oitenta) meses, de acordo com os arts. 25, inc. II, 39, inc. I ou II, Art. 143 da Lei nº 8.213/91 e arts. 29, inc. II, e 30, inc. IV, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.
-